

País não depende do dinheiro que vem de fora

O trabalho de Reynaldo de Souza Motta desmistifica a noção de que as economias subdesenvolvidas só conseguem crescer graças a volumosos fluxos de poupança externa. O crescimento do produto não acompanha o aumento do endividamento, o que significa que os pequenos ganhos proporcionados com um crescimento acelerado da dívida não justificam, segundo o economista, a manutenção dessa estratégia.

Nas alternativa que estudou ficou demonstrado que um crescimento médio do endividamento externo da ordem de 10,8 por cento, ao longo dos vinte anos que o trabalho abrange, proporcionaria um crescimento também médio do Produto Nacional Bruto (PNB) de 6,9 por cento.

Mantendo-se as mesmas condições levadas em consideração na

opção anterior (taxa de juros externos, taxa de crescimento da população, prazos médios de carência e amortizações, entre outras) é possível obter um crescimento do produto de 6,4 por cento com um crescimento da dívida de apenas quatro por cento.

A única diferença importante entre essas alternativas é a de que a primeira não leva em consideração a possibilidade de pagamento da dívida, projetando um aumento da taxa marginal de poupança interna, medida em relação ao PNB, de 13,5 por cento.

Na segunda opção, que prevê a liquidação dos débitos, a poupança interna representaria 18,5 por cento do PNB, um índice que não foge à média histórica do País, que já chegou a apresentar uma taxa de poupança interna de 20 por cento.

Isso significa que a melhoria da taxa de poupança interna produz resultados muito mais efetivos para o crescimento do produto do que o incremento na utilização de recursos externos.

O planejamento sobre a dívida externa montado pelo economista estabelece, entretanto, uma importante condição: o País não poderá abrir mão de novos recursos externos, num período de 12 a 15 anos, sob pena de comprometer o nível mínimo de aumento de consumo per capita de 1,5 por cento, levado em consideração no estudo. Assim, como é possível concluir, segundo ele, de nada adiantará a garantia desses recursos adicionais sem que o País planeje o pagamento efetivo de sua dívida, a partir de uma estratégia de desenvolvimento interno.